

Política

■ André Gustavo Stumpf

Economia Esse agosto, que promete ser um mês inesquecível

Não é exagero afirmar que somente nos últimos dias os políticos descobriram a extensão da crise econômica e as consequências institucionais que ela poderá provocar. Oposição e o PDS concordam em que a moratória é o caminho mais viável para ultrapassar esse período de dificuldades e o movimento ganha tal amplitude que é de imediato percebido pelo New York Times, que pede ao governo Reagan atenção especial para o Brasil.

O editorial do jornal norte-americano é um detalhe de excepcional importância na medida em que solicita para o Brasil atenção maior que os norte-americanos estão concedendo à América Central. Isso significa que os norte-americanos estão percebendo que se o Brasil caminhar no sentido da moratória poderá carregar neste movimento alguns países sul-americanos que vivem situação semelhante. E acontecendo isto, é muito provável que o Sistema Financeiro Internacional vá conhecer uma de suas maiores crises.

A dívida externa dos países sul-americanos anda ao redor de 300 bilhões de dólares, dinheiro que foi emprestado pelos bancos privados. No caso brasileiro, especificamente, a dívida foi contraída junto a 1.104 bancos, sendo que a maioria deles é constituída por instituições de crédito de pequeno porte. Se o Brasil e os seus vizinhos no continente decidirem por adiar o pagamento da dívida externa, vai acontecer um festival de bancos quebrando, depois de uma inevitável corrida ao caixa para que o pequeno depositante retire suas economias.

Faz sentido, portanto, o grito de alerta dado pelo The New York Times, pois segundo os atentos olhos da comunidade financeira norte-americana, o socorro ao Brasil, além de urgente, é inevitável. Trata-se, afinal, de salvar o dinheiro que foi canalizado para este país nos últimos anos. Além disto, do ponto de vista político a instabilidade do Brasil é perigosa para a frágil abertura aqui montada e também para o continente.

Os políticos percebem que não são muitas as armadilhas colocadas ao longo da trajetória institucional do país. Agora são os políticos que começam a falar de perigo comunista num eventual colapso da economia brasileira. Há alguns dias, um dos mais destacados parlamentares do PDS desenvolveu todo seu raciocínio no sentido de demonstrar que se não for tomada uma medida imediata no sentido de modificar o rumo das coisas no país, a sociedade brasileira poderá caminhar no sentido do caos.

Há alguns sintomas alarmantes, até na ação de donas-de-casa que começam a comprar gêneros alimentícios para fazer estoque e se proteger de uma inflação violenta que já ultrapassou a casa dos duzentos por cento ao ano. Ao lado destes fenômenos, a tentação totalitária já mostra seu perfil. Entre sussurros começa a ser veiculada a idéia do golpe de direita, o fechamento tão temido pelos políticos. Enfim, a situação revelada pelos primeiros dias deste agosto não é nada favorável.

O ex-ministro Golbery do Couto e Silva já havia dito a algumas pessoas que temia o início do segundo semestre pelo acúmulo de dificuldades. Elas estão exigindo habilidade e competência dos políticos, que até agora não foram chamados a solucionar nenhum dos graves problemas institucionais do país. É claro que o FMI não liberará nenhum dólar caso o Decreto-lei 2.045 — do arrocho salarial — seja rejeitado pelo Congresso Nacional. Trata de uma situação impositiva.

Mas, a velocidade da crise provoca uma obsolescência antecipada de fatos e situações. O acordo entre PDS e PTB é um eloquente exemplo da obsolescência de um entendimento que, de início, pareceu muito oportuno e hoje perdeu seu apelo e talvez até mesmo sua oportunidade. Neste momento, o governo e seu partido têm que pensar em algo mais duradouro e eficaz, algo na linha de um entendimento com o PMDB no sentido da união nacional que possibilite vencer os obstáculos atuais com menor risco.

O dispositivo político do governo já percebeu que sua margem de manobra está esgotada e que a eventual composição com os treze deputados do PTB talvez agrave a tessitura dos entendimentos no Congresso Nacional. O PDS já possui uma dissidência de bom tamanho e sem negociar internamente, o Planalto acumulará dificuldades ainda maiores no trânsito dos projetos de seu interesse pela Câmara ou pelo Senado Federal.

A instabilidade econômica, a indefinição do governo quanto aos rumos a seguir, a dócil aceitação dos ditames do Fundo Monetário Internacional e a presença de dois presidentes da República, simultaneamente, em território nacional, são ingredientes mais que suficientes para tornar esse agosto um mês inesquecível.